



Congresso faz amanhã primeiro exame de vetos sob novo rito

Em sessão marcada para as 19h, serão tratados vetos em temas polêmicos, como a nova partilha do Fundo de Participação dos Estados e a lei do Ato Médico

De acordo com a resolução aprovada em 11 de julho, os vetos publicados a partir de 1º de julho de 2013 serão apreciados em 30 dias.

Na pauta de amanhã, estão os exames dos vetos às mudanças na partilha do Fundo de Participação dos Estados e à extinção da multa adicional de 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Na sexta-feira, integrantes do Conselho Nacional de Saúde (CNS) estiveram com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e advertiram que a derrubada dos vetos à lei do Ato Médico pode trazer prejuízos ao atendimento da população no sistema público de saúde. O governo anunciou que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal se os vetos forem derrubados. **3**



Presidente do CNS, Maria do Socorro de Souza (C) apresenta a Renan Calheiros razões de apoio ao veto à lei do Ato Médico

Janete de Araújo/Agência Senado

Moreira Manz/Agência Senado



Lei de Direitos Autorais é publicada sem alterações

Projeto aprovado em julho pelo Senado, com a presença de artistas como Roberto Carlos, Caetano Veloso e Frejat, foi sancionado e entra em vigor em 120 dias. O texto, derivado da CPI do Ecad, dá mais transparência à relação entre as entidades responsáveis pela arrecadação dos direitos, os autores das obras e o público. **4**

Artistas consagrados da MPB negociaram a aprovação do projeto com líderes partidários e assistiram à votação no Plenário do Senado

Projeto de Aloysio cria Lei de Migração **2**



José Cruz/Agência Senado

Paim defende prioridade para hidrovias **3**



José Cruz/Agência Senado

Audiência especial homenageia Sergio Vieira de Mello, morto há dez anos **2**

Mozarildo quer Justiça Eleitoral mais forte **3**



José Cruz/Agência Senado

Cristovam cobra mais recursos para educação **4**



José Cruz/Agência Senado

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Início do tratamento de câncer em até 60 dias | Lei 12.732/2012



Quem tem uma vida pela frente não pode perder tempo

O Congresso aprovou a lei que dá direito a pessoas diagnosticadas com câncer iniciarem o tratamento em até 60 dias.

É o Parlamento trabalhando por uma saúde pública de qualidade.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei



Criação e Marketing

Alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, brasileiro foi uma das 22 vítimas de atentado terrorista contra a sede da ONU em Bagdá, no Iraque, em 19 de agosto de 2003

Audiência lembra 10 anos da morte de Vieira de Mello

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) homenageia hoje Sergio Vieira de Mello, morto há dez anos. Alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Vieira de Mello morreu em 19 de agosto de 2003, com outras 21 vítimas de um atentado contra a sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Bagdá, no Iraque.

A audiência pública foi requerida por Eduardo Suplicy (PT-SP), que considera a data triste para o Brasil, para as Nações Unidas e também para todos aqueles que, como ele, acreditam “que a paz e a segurança ainda podem ser alcançadas em todo o mundo”.

O senador lembrou que Sergio Vieira de Mello era conhecido como bom negociador, a ponto de o então secretário-



Sergio Vieira de Mello chefiou o governo de reconstrução do Timor-Leste

-geral da ONU, Kofi Annan, afirmar que ele era “a pessoa certa para resolver qualquer problema”. Primeiro brasileiro a atingir o alto escalão da ONU, ele atuou em alguns dos principais conflitos mundiais: Bangladesh, Camboja, Líbano, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Ruanda e Timor-Leste.

Foram convidados para a

audiência a companheira de Vieira de Mello, Carolina Larriera; o chefe de Segurança Alimentar, Desenvolvimento e Paz do Ministério das Relações Exteriores, Alberto Fonseca; e a assessora internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Julia Schirmer, além de representantes da ONU.

Representação Brasileira no Parlasul discutirá eleições diretas

Na quarta-feira, membros da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) discutirão as normas das eleições de parlamentares brasileiros no bloco. As eleições diretas devem ocorrer em 2014.

O Brasil, que tem 37 integrantes no Parlasul, pode passar a ter 74 parlamentares, de acordo com o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, de dezembro de 2005, aprovado pelo Congresso brasileiro no ano seguinte.

A Argentina também pode aumentar o número de representantes, de 26 para 43. Paraguai e Uruguai, com 18 integrantes cada um, não terão o número alterado.

As normas serão baseadas em duas propostas: um projeto (PLS 126/2011) do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e outro (PL 5.279/2009) do deputado Carlos Zarattini (PT-SP),

com substitutivo apresentado por Dr. Rosinha (PT-PR).

Os três parlamentares foram convidados para a reunião.

As propostas defendem, em comum, o voto direto, secreto, universal e obrigatório para um mandato de quatro anos. A representação deve ser exclusiva — o parlamentar eleito não pode ocupar outros cargos.

O projeto da Câmara, de listas de candidaturas preordenadas válidas para todo o país, em lugar das listas abertas adotadas nas demais eleições proporcionais no Brasil, diverge do critério misto proposto pelo Senado, com 27 eleitos pelo sistema aberto, um para cada estado.

No Senado, o teto para representação por gênero é de 70% para cada sexo. A Câmara prevê o mínimo de duas candidaturas de cada sexo nas listas preordenadas com cinco nomes.

Aloysio propõe novos direitos a estrangeiros

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou um projeto que cria a Lei de Migração (PLS 288/2013), para regular a entrada e a permanência de estrangeiros no Brasil.

Em discurso, o senador também informou que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para a proposta, que permite a imigrantes estabelecidos no país votarem e serem votados em eleições municipais (PEC 25/2012).

De acordo com Aloysio, as propostas decorrem da experiência dele como refugiado na França por 11 anos, depois de ser condenado pelo regime militar.



José Cruz/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Caprichoso e Garantido

11h Sessão especial comemora o centenário dos bois Caprichoso e Garantido. Às 14h, sessão não deliberativa.

CDH Segurança no serviço público

9h A secretária nacional de Segurança Pública, Regina Miki, debate segurança do trabalho no serviço público.

CI Mineração

18h Audiência pública sobre mineração no Brasil faz parte do ciclo de debates sobre investimento e gestão.

LEI DE LICITAÇÕES Setor produtivo

18h A Comissão de Modernização da Lei de Licitações e Contratos ouve representantes do setor produtivo nacional.

CRE Sergio Vieira de Mello

18h30 Audiência pelos dez anos da morte de Sergio Vieira de Mello, que foi alto comissário da ONU para os Direitos Humanos. Participa a assessora internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência Julia Schirmer.

TERÇA

CMA Estatuto da Cidade

8h30 Na pauta, votação de substitutivo ao projeto de lei que estabelece diretrizes gerais da política urbana (Estatuto da Cidade).

CCT Governança da internet

9h Votação de projeto que obriga companhias de telefonia celular a identificar operadora de destino da chamada. Às 14h, realização de audiência pública sobre a governança da internet no país.

CAE Obras públicas

10h Votação de normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas.

CE Idosos

11h A comissão analisa projeto para que as instituições de ensino superior sejam obrigadas a oferecer cursos de extensão para pessoas idosas. Também vota isenção para serviços relacionados à Copa.

CAS Fundos de pensão

11h O diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, José Maria Rabelo, é o convidado de audiência pública para tratar de investimentos de alto risco dos fundos de pensão.

CRE Mercosul

14h30 Audiência pública debate as relações comerciais no âmbito do Mercosul na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

CONGRESSO Vetos

19h Sessão conjunta do Congresso para apreciação de vetos.

QUARTA

CI Qualidade da educação

7h30 Debate sobre o impacto da qualidade universalizada da educação na economia, na infraestrutura e no bem-estar social. Indicação de Waldyr Martins Barroso para a Agência Nacional do Petróleo. Na pauta, projeto que retira tributos do transporte municipal.

CAS Bolsa de estudos

9h Análise do projeto que permite ao Programa Seguro-Desemprego conceder bolsa de estudos provisória a trabalhador matriculado no ensino superior particular.

CDR Sudene e Sudam

9h Na pauta, projeto que amplia prazo de concessão dos benefícios do Imposto de Renda Pessoa Jurídica a empreendimentos na área de atuação da Sudene e da Sudam.

CCJ Fundos de participação

10h Análise da proposta de emenda à Constituição que altera a forma de compensação financeira da União a estados e municípios.

MERCOSUL Eleições

14h30 A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul discute eleições de parlamentares brasileiros no bloco.

QUINTA

CCJ Recursos

9h A comissão faz audiência pública para debater proposta que transforma os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.

CRE Fronteiras

10h O projeto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras será tema de audiência pública na comissão.

CE Alemanha

11h A Comissão de Educação ouve o ministro da Cultura da Alemanha, Bernd Neumann. Na pauta, a troca de experiência entre os dois países.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora-adjunta: Virgínia Galvez
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Congresso Nacional examina vetos presidenciais em sessão de amanhã

Na pauta, temas polêmicos como o Ato Médico, a partilha do Fundo de Participação dos Estados e a extinção da multa adicional do FGTS

O CONGRESSO NACIONAL faz amanhã sessão conjunta para exame de vetos presidenciais. Essa será a primeira sessão a ser realizada de acordo com a resolução aprovada em 11 de julho, que impõe um novo rito para a análise de vetos da Presidência da República a matérias legislativas aprovadas pelos deputados e senadores.

Para evitar acúmulos como os que vinham ocorrendo, a norma estabelece que os vetos publicados a partir de 1º de julho de 2013 serão apreciados em 30 dias. Quando o prazo não for respeitado, a pauta do Congresso ficará trancada — ou seja, não haverá análise de outros textos até que se decida sobre manutenção ou rejeição do veto.

Para o presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, a nova regra de exame dos vetos é fundamental.

— Ela obriga que o Congresso Nacional aprecie os vetos. Isso fortalece muito o Legislativo — diz.

Na sessão, que ocorrerá às 19h no Plenário da Câmara, senadores e deputados tratarão de vetos recentes da presidente Dilma Rousseff a assuntos polêmicos. Entre eles, o Ato Médico, as mudanças nas regras de partilha do



Romero Jucá preside sessão que aprovou novo rito de análise de vetos: 30 dias para a decisão ou pauta ficará trancada

Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a extinção da multa adicional de 10% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS),

que é paga pelas empresas em caso de demissão sem justa causa.

O debate sobre o Ato Médico mobilizou os profissionais

de saúde de diversas categorias. O assunto foi discutido no Congresso ao longo de 11 anos. A proposta regulamenta a atividade médica e restringe aos médicos atos como a prescrição de medicamentos e o diagnóstico de doenças. O texto foi votado em 18 de junho, por determinação de Renan.

Recurso

O governo já avisou que irá apelar ao Supremo Tribunal Federal (STF), a depender do resultado da votação. Em entrevista à Agência Brasil no dia 13, a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, disse que o Executivo pretende evitar ao máximo a “judicialização” de matérias, mas alertou para o fato de que o governo apelará ao STF se houver a derrubada dos vetos.

Votação de 1.700 vetos ainda depende de acordo entre partidos

Antes de aprovar as novas regras, o Congresso arquivou 1.478 vetos, que haviam sido considerados prejudicados por se referirem a Orçamentos já executados ou a leis já revogadas. Os 1.700 vetos restantes não serão submetidos à metodologia de análise. A votação ficará sujeita ao entendimento entre os partidos. Nesse rol, há temas polêmicos, como a Lei dos Portos, o Código Florestal e o fator previdenciário.

Até agora, a pauta do Congresso Nacional apresenta 137 dispositivos vetados, referentes a 11 projetos de lei, todos a serem apreciados de acordo com as novas regras de exame. Para cada veto novo, será constituída uma comissão mista de três senadores e três deputados, que deverá apresentar um relatório em até 30 dias. A votação, porém, ocorrerá em 30 dias mesmo que não haja relatório algum.

Conselho defende cortes de Dilma no Ato Médico

Em visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros, na sexta-feira, representantes do Conselho Nacional de Saúde (CNS) enfatizaram que a eventual derrubada dos vetos da presidente Dilma Rousseff ao Ato Médico pode representar prejuízos ao atendimento da população no Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposta regulamenta a atividade médica e restringe aos médicos atos como a prescrição de medicamentos e o diagnóstico de doenças. Os vetos da presidente Dilma serão analisados pelo Congresso Nacional amanhã.

A presidente do CNS, Maria do Socorro de Souza, afirmou que o Ato Médico, na versão original, prejudica o modelo baseado em equipes

multidisciplinares e coloca os demais profissionais do setor sob a tutela dos médicos.

— Esperamos que a voz da sociedade seja compreendida

não como uma disputa intercorporativa, mas como a defesa do direito da população à saúde. Estamos colocando o direito do usuário de não ficar na dependência de um único profissional — explicou.

Maria do Socorro argumentou que a manutenção dos dez vetos ao Ato Médico é necessária para não afetar a atual formação de nutricionistas, fisioterapeutas e outros trabalhadores do setor.

— O presidente [Renan] foi receptivo e colocou de forma muito respeitosa que façamos essa conversa direta com os líderes [dos partidos].



Renan Calheiros (C) recebe integrantes do Conselho Nacional de Saúde

Mozarildo quer quadro próprio de juízes para a Justiça Eleitoral

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu apoio dos parlamentares para aprovar proposta dele que cria um quadro próprio de juízes para a Justiça Eleitoral (PEC 64/2012). Segundo ele, esse braço da Justiça é o único que não

tem juízes exclusivos, mas em sistema de rodízio.



Ele considera que a falta de quadro próprio atrasa a análise dos processos, ainda que a Justiça Eleitoral já tenha servidores efetivos, comissionados e prédios próprios.

Paim afirma que o país precisa priorizar o transporte hidroviário

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a ampliação do sistema hidroviário no país. Segundo ele, a modalidade apresenta inúmeras vantagens econômicas, sociais e ambientais quando comparada a rodovias e ferrovias.



— Os rios possuem potencial para transporte de pessoas a preços muito menores que ônibus e aviões — disse, ressaltando que a ampliação do transporte hidroviário representaria uma redução dos acidentes nas estradas do país.

Mineração no Brasil é tema de audiência pública hoje

A Comissão de Infraestrutura (CI) promove hoje audiência para discutir a atividade da mineração no Brasil. O debate é parte do ciclo Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país, que tem o objetivo de avaliar informações e propostas para o setor, no tocante à modernização e expansão dos serviços e ao aumento da competitividade.

Para o painel 4, intitulado “A mineração no Brasil”, foram convidados Paulo Guilherme Galvão, diretor de Planejamento e de Desenvolvimento da Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral; Manoel Barretto da Rocha Neto, diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM); e Carlos Vilhena, da Pinheiro Neto Advogados. Os debates ocorrem quinzenalmente, às segundas-feiras, às 18h.

Segundo o DNPM, o Brasil tinha 7.195 minas em operação em 2012 e exportou, no período, 57,2 bilhões de dólares, excluídos o petróleo e o gás natural. O setor representou 4,3% do produto interno bruto em 2012, com 82,3 bilhões de dólares.

Comissão debate modernização da Lei de Licitações

A Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993) faz audiência pública hoje, às 18h, para colher as opiniões de representantes do setor produtivo. A relatora, Kátia Abreu (PSD-TO), lembra que a lei, que tem mais de 20 anos, já foi objeto de mais de 725 propostas de mudanças.

Com Vital do Rêgo (PMDB-PB) como presidente e Waldemir Moka (PMDB-MS) como relator-revisor, a comissão aprovou um cronograma em três fases. A primeira será de audiências públicas, às segundas-feiras. A segunda vai estudar sugestões e críticas colhidas nas audiências e compará-las com projetos em tramitação, além de elaborar a minuta de um projeto. A última fase, que deverá ser concluída até 8 de outubro, vai definir a versão final do projeto.

Estão convidados o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Safady, e o vice-presidente de Articulação Política da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Jeovani Salomão, entre outros.



Artistas como Roberto Carlos, Caetano Veloso e Fafá de Belém acompanharam em julho a votação final da iniciativa

Projeto do Senado sobre direitos autorais vira lei

Novas regras para obras musicais entram em vigor depois de 120 dias. Texto foi elaborado a partir da CPI do Ecad, pela qual o Senado investigou denúncias de irregularidades no órgão de arrecadação

FOI SANCIONADA E publicada sem vetos, quinta-feira, a lei que define as condições de cobrança, arrecadação e distribuição dos direitos autorais sobre obras musicais. A Lei 12.853/2013 passa a valer em 120 dias. O projeto foi aprovado em 3 de julho depois de negociação entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, o presidente da CPI do Ecad, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), líderes partidários e um grupo de artistas liderado

pela produtora Paula Lavigne. O Senado aprovou substitutivo de Humberto Costa (PT-PE) ao PLS 129/2012, de Randolfe, com quatro emendas de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O texto foi enviado à Câmara, que quis isentar entidades filantrópicas de utilidade pública ou beneficentes. Mas o Senado rejeitou a mudança.

A CPI do Ecad investigou denúncias de irregularidades. A tramitação do projeto ocor-

reu em regime de urgência, já que a proposta fez parte da pauta prioritária. No dia da aprovação do texto, a votação no Plenário foi acompanhada por vários artistas, entre eles, Roberto Carlos, Caetano Veloso, Erasmo Carlos, Nando Reis, Frejat, Lenine, Carlinhos Brown, Fernanda Abreu, Fafá de Belém, Fagner, Alexandre Pires, Jair Rodrigues.

Veja o Especial Cidadania sobre o tema: <http://bit.ly/Cidadania439>

Texto facilita relação entre músicos e público

Depois de entrar e sair de pauta várias vezes no primeiro semestre, o projeto sobre direitos autorais encontrou terreno favorável em razão das manifestações que agitaram o país desde junho.

O texto dá mais transparência à relação entre as entidades responsáveis pela arrecadação dos direitos autorais, os autores das obras e o público. Uma das emendas acolhidas estabelece o décimo dia útil de cada mês como prazo para emissoras de rádio e TV e empresas cinematográficas entregarem relação das obras e



Randolfe (E), Humberto (C) e Renan (D) com Roberto Carlos e Marta Suplicy

fonogramas usados no mês anterior. O prazo é maior do que o que constava no texto original. Outra emenda estabelece que a cobrança dos usuários das obras será proporcional ao

grau de utilização delas. O Ecad controla a arrecadação e a distribuição dos direitos autorais, em nome das associações de compositores e intérpretes afiliadas.

Órgão de arrecadação passa a ter controle estatal

Desde a CPI, a classe artística se mostrava dividida em relação às mudanças. Humberto explicou que procurou fazer um relatório que pudesse atender, dentro do possível, os diferentes interesses, especialmente dos artistas, mas também garantindo a continuidade do Ecad, que chegou a enfrentar pedido de extinção.

A lei mantém o Ecad como único órgão arrecadador de direitos, mas agora sob controle estatal. A administração pública federal deverá escolher o órgão que exercerá o controle. O texto também limita a três anos o mandato dos dirigentes do Ecad, com direito a uma reeleição.

O Ecad terá que dar acesso público à planilha de custos para uso das músicas. E será obrigado a divulgar arrecadação e pagamentos, preservando informações sobre identidade dos artistas.

Pelo menos 85% do que for arrecadado deverá ser distribuído aos autores de músicas, intérpretes e outros grupos, como os músicos.

Lista de obras usadas em rádio e TV irá para internet

Em 2012, o Ecad arrecadou R\$ 624,6 milhões e distribuiu R\$ 470,2 milhões. O substitutivo assegura transparência na arrecadação e distribuição, exige critérios objetivos para a fixação de preços e publicação na internet da relação completa das obras usadas em rádios, TVs, casas de shows e outros eventos. O montante pago a cada artista deverá ser proporcional à execução da obra, com critérios claros e transparentes para a formação dos preços.

A proposta cuida ainda de fixar penalidades para os dirigentes de entidades de gestão coletiva que atuem com dolo ou culpa, bem como para os usuários que descumpram as obrigações de informar a utilização de obras e fonogramas. Fiscais de arrecadação de direitos autorais que atuem de forma desonesta serão não só afastados da função, mas também sofrerão sanções cíveis e criminais e terão a conduta comunicada ao Ministério Público.

Sessão homenageia 100 anos dos bois Caprichoso e Garantido

O Senado presta homenagem, com uma sessão especial no Plenário hoje, aos bois Caprichoso e Garantido, personagens da tradicional festa de Parintins (AM), pelo seu centenário, comemorado em junho.

A homenagem é uma iniciativa da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), apoiada por outros senadores.

O bumba meu boi (ou boi-bumbá) é uma dança do folclore brasileiro, com personagens humanos e animais, que gira em torno de uma lenda sobre a morte e a ressurreição de um boi.

A festa tem ligações com diversas tradições — africanas, indígenas e europeias, inclusive com festas religiosas católicas.

O Festival Folclórico de Parintins é uma apresentação a

céu aberto, em que competem duas associações: o Boi Garantido, vermelho, e o Boi Caprichoso, azul. A competição ocorre numa espécie de arena com formato de cabeça de boi, o Bumbódromo, e dura três noites.

As apresentações, que reúnem um público médio de 35 mil pessoas, exploram temáticas regionais, como lendas, rituais indígenas e costumes dos ribeirinhos, por meio de alegorias e encenações.

Mais de 20 itens são julgados para definir o vencedor.

— O Festival de Parintins é o grande propulsor econômico do município e tudo gira em torno da grande festa. O festival se tornou um dos maiores divulgadores da cultura local — afirmou Vanessa.



O Festival de Parintins, no Amazonas: tradição iniciada um século atrás

Para Cristovam, verba dos royalties não basta para educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) comemorou em Plenário, na sexta-feira, a aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto que destina 75% dos royalties do petróleo do pré-sal para a educação e 25% para a saúde. O senador, porém, advertiu que a conquista, embora possa ajudar, não resolverá o problema da educação no país.

O senador disse que, se tudo der certo, o valor total arrecadado para os próximos dez anos será insuficiente para resolver o problema educacional do país. Segundo Cristovam, a expectativa é de que os royalties rendam R\$ 18 bilhões por ano, sendo que a educação tem necessidade de R\$ 450 bilhões por ano.



Cristovam alerta para a incerteza quanto aos recursos do petróleo

Isenção de ISS para serviços da Copa pode ser votada amanhã

Deverá ser votado amanhã pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) projeto que permite isentar do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) fatos relacionados à Copa de 2014. A proposta (PLC 107/2012), do Executivo, seria votada semana retrasada, mas recebeu um pedido de vista de Paulo Paim (PT-RS).

O pedido de vista veio após o parecer de Alvaro Dias (PSDB-PR) pela rejeição do projeto. O senador argumenta que a iniciativa é inconstitucional porque ainda não houve a fixação do percentual mínimo de incidência do ISS. Enquanto o assunto não for disciplinado por lei complementar, segundo ele, não é possível estabelecer alíquotas de menos de 2%, exceto para os serviços de construção civil.

A isenção do ISS foi um dos compromissos assumidos pelo Brasil para sediar a Copa.

— Se o governo quer fazer cortesia, que faça com recursos próprios, e não tirando dos municípios — afirmou Alvaro Dias.